

LUTAR SEMPRE ATÉ QUE NOSSOS DIREITOS E CONQUISTAS ESTEJAM A SALVO DOS INIMIGOS DA CLASSE TRABALHADORA

LEIA MAIS

Em defesa
dos Quintos
e dos 13,23%,
Sisejufe
busca apoios

Páginas 3 e 4

Sisejufe e
servidores
do TRT1 lutam
pela revogação
do Ato 55

Páginas 8 e 9

Coral do Sisejufe
faz apresentação
histórica no
MAM

Página 14

Contar histórias
para
reestruturar o
Terceiro Milênio

Página 16

Latuff



Editorial

Lutar sempre, até que nossos direitos e conquistas estejam a salvo dos inimigos da classe trabalhadora

O modelo de Estado que vem sendo implantado a passos largos pelo ilegítimo Michel Temer segue aprofundando o seu projeto de desmonte de direitos sociais e trabalhistas para responder aos abutres do mercado financeiro. A execução do projeto de destruição do setor público, uma política voraz de retirada de direitos, o drástico corte em investimentos, especialmente na Saúde e na Educação, avançam contra os trabalhadores usurpando seus direitos e conquistas. São tempos obscuros, de grandes retrocessos e conservadorismo reinante. À sociedade em geral e aos trabalhadores em particular, é imposto o pagamento da conta, com a mutilação da CLT e a precarização das relações de trabalho. No entanto, sabemos que a cereja do bolo está na reforma da Previdência, contra a qual estamos lutando arduamente.

A negociata pública do governo para aprovação das reformas sacou do erário recursos da

Educação, da Saúde, da Segurança e de áreas necessárias aos direitos de cidadania. O desmonte do setor público custa caro aos cofres públicos. Todos os trabalhadores estão sobre profundo ataque! Mas os servidores públicos são o alvo preferencial de uma política de entrega de direitos para a privatização e a precarização.

O projeto de demissão por insuficiência de desempenho volta e, em tempos de metas abusivas, ferramentas de produtividade competitivas e de profundo assédio moral, a avaliação de desempenho voltam a assombrar servidores estáveis com a possibilidade de demissão. Tudo para garantir a redução dos custos em uma política “fiscalista” e neoliberal de Estado Mínimo.

A flexibilização e a precarização das relações de trabalho, traduzida na regulamentação da Terceirização, que inclui o serviço público como um todo e não apenas as “áreas socialmente competitivas”, servem ao

“Deus Mercado” que quer novos nichos de lucro. A Terceirização determina a prevalência de acordos e convenções coletivas entre patrões e empregados, o chamado “negociado sobre o legislado”, que, em cenário de desemprego promove o fim das conquistas sociais obtidas no processo constituinte de 1988.

Em meio a tantos retrocessos e ataques, a Justiça do Trabalho (JT) continua sendo um dos alvos de ataques dos que desejam a sua extinção. Essa Justiça tem que ser defendida, com todo o empenho, contra o seu desmonte. Já vimos essa receita amarga antes e sabemos o que existe por trás das reformas que o governo Temer defende.

Já vimos os efeitos nefastos da política de cortes de recursos e da retirada de direitos: danos letais aos trabalhadores em Portugal, na Espanha, na Grécia e em outros tantos países em que os trabalhadores estão pagando a conta de um mercado rentista e especulativo. Sabemos como as pessoas perderam seu sustento, suas ca-

sas, sua aposentadoria, tudo para salvar bancos e o sistema financeiros especulativo. No mundo da globalização em um dia assistimos os trabalhadores na Europa perderem direitos e no outro somos nós que estamos sobre ataque. Já sabemos o final desse filme.

Não temos tempo a perder. Precisamos lutar para barrar a retirada de nossos direitos. Juntar-nos aos demais trabalhadores para travar as batalhas que virão. Para barrar as reformas precisamos nos somar aos demais movimentos e consolidar uma frente de resistência contra os que sugam nosso sangue. Não ceder aos que desejam nos tirar o fruto do nosso trabalho e da nossa dedicação. Somente a luta duramente travada pode derrotar um projeto tão nefasto para os servidores. É preciso reação imediata e ocupação das trincheiras da luta. Ocupar as ruas, o Congresso, as mídias sociais, desmentir o discurso da mídia

rentista oficial que defende a retirada dos nossos direitos enquanto esconde as doações para salvar empresários.

Precisamos ganhar corações e mentes sobre a justeza do nosso pleito, mas para isso, também, precisamos nos convencer da extrema necessidade da nossa participação como multiplicadores da luta.

A nova Direção do Sisejufe precisa debater sobre todos os cenários, orientar a base e, juntamente com cada servidor e servidora, travar a luta com todo o protagonismo que sempre nos foi peculiar. Ao lado da Fenajufe, sindicatos do Judiciário Federal, centrais sindicais e demais movimentos sociais organizados, o Sisejufe e os judiciários devem se preparar para escrever mais uma página da sua história de lutas. Está na hora de ocupar as ruas com nossa indignação, marchar sobre Brasília, apontar nossa força para o Congresso Nacional e avisar que não vamos arredar nenhum milímetro até o projeto nefasto de Temer ser derrotado.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos, Alexandre Graciano dos Santos, Amaro das Graças Faustino, Ana Clécia Vieira Santos, Carlos Eduardo da Costa Cruz, Carlos Henrique Ramos da Silva, Claudio Vieira Amorim, Deise de Andrade Azevedo, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Fabio Filardi da Silva, Fernanda Guimarães Lauria, Helena Guimarães Cruz, Iuri Barbosa Matos Peixoto, Joel Lima de Farias, Jose Fonseca dos Santos, Jose Ricardo de Almeida Horta, Jovelina Alves Da Silva, Laura Diogenes de Oliveira e Silva, Lucas Ferreira Costa, Lucena Pacheco Martins, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Marcelo Costa Neres, Maria Cristina Barbosa Mendes, Maria Eunice Barbosa da Silva, Mariana Abreu Petersen da Rocha, Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Maristela De Souza Vicente, Michel Carneiro da Silva, Mônica Cristina Santana de Jesus, Neli Da Costa Rosa, Nilton Barbosa de Castro, Nilton Alves Pinheiro, Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo Loureiro Pinto, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo Soares Valverde, Rodrigo Alcantara de Souza, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves – **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) – **PROJETO GRÁFICO:** Claudio Camilo (MTb 20478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Mônica Cristina Santana de Jesus, Deise de Andrade Azevedo, José Ricardo de Almeida Horta, Lucena Pacheco Martins, Luis Amauri Pinheiro de Souza, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Ricardo Quiroga Vinhas, Soraia Garcia Marca, Valter Nogueira Alves, Vera Miranda, Fortunato Mauro e Max Leone – **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 8.300. “Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

Em defesa dos Quintos e dos 13,23%, Sisejufe busca apoios

Quintos Representantes de entidades sindicais, entre elas o Sisejufe, se reuniram com o ministro do STF

Representantes do Sisejufe e de outros sindicatos e associações de servidores do Poder Judiciário Federal (Sindjus-DF, Sindiquinze e Fena-jufe) estiveram reunidos com o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar de dois temas de interesse da categoria: os Quintos e os 13,23%.

De acordo com Lucena Pacheco, dirigente do Sisejufe, que participou da reunião com Lewandowski, acerca da questão dos Quintos, o ministro afirmou concordar que o pagamento é um direito adquirido dos servidores e que por conta disso, deve ser preservado. Lucena informou que o ministro sugeriu que os representantes do funcionalismo façam pedido de destaque do segundo embargo, para que não fosse julgado em lista.

Os dirigentes das entidades explicaram o conteúdo do voto proferido pelo ministro Gilmar Mendes, ao julgar o Recurso Extraordinário 638.115/CE, cas-



Sindicalistas se reúnem com Lewandowski para tratar de interesses da categoria

sando o direito dos servidores, já reconhecido administrativamente desde 2005, quando começou a ser pago, e por decisão transitada em julgado, cujos prazos para

ajuizamento de ação rescisória operou-se a decadência. Eles argumentaram que a decisão veio num momento em que os salários dos servidores estão extremamente defasados, uma vez que as leis de revisão salarial não conseguiram sequer recompor as perdas dos anos anteriores.

Os representantes das entidades sindicais informaram ao ministro sobre os embargos de declaração protocolados pelas entidades em agosto junto ao STF e pediram o apoio para que os mesmos sejam julgados em favor dos servidores. “Temos uma avaliação bem positiva da reunião, inclusive o ministro lembrou que não há impacto financeiro, pois já está no Orçamento”, informou Lucena.

Já a respeito dos 13,23%, conforme a diretora do Sisejufe, o ministro entende que o movimento sindical precisa insistir para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgue o processo. Lewandowski sugeriu ainda que fosse juntada a ata da Audiência Pública da Comissão

Diretoria se lança na busca de apoio para garantir os quintos, os 13,23%, a GAE e a VPNI e se reuniu, de imediato, com Ricardo Lewandowski, ministro do STF

de Assuntos Econômica (CAE) da Câmara em que o ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, Diogo Oliveira, esclareceu sobre o impacto financeiro referente ao pagamento do passivo e que o Poder Executivo autorizou, permitindo que o presidente Michel Temer sancionasse o pagamento.

As entidades explicaram ao ministro que a Súmula Vinculante 128, proposta pelo ministro Gilmar Mendes, não se aplica aos servidores do Judiciário e do MPU, uma vez que o direito está reconhecido em lei própria, no caso as Leis 13.317/2016 (Art. 6º, Parágrafo Único) e 13.316/2016 (Art. 23), que tratam da recomposição salarial das duas categorias, respectiva-

mente. Foi lembrado como se deu o processo de negociação entre o Judiciário e o Executivo (MPOG) e o Legislativo, durante a gestão de Lewandowski à frente do STF.

Na ocasião, antes das leis serem aprovadas, foi negociada a inclusão do Artigo 6º na Lei 13.317/2017, com o respectivo impacto orçamentário relativo aos 13,23%.

O ministro disse se lembrar do processo de negociação em 2015, em torno dos projetos de revisão salarial, destacando que a inclusão do Artigo 6º na Lei 13.317/2016 foi negociada com o Executivo.

Imprensa Sisejufe com informações do Sindjus-DF



Segundo Lucena Pacheco, o ministro tem acordo com o direito adquirido

Celso de Mello deferiu recurso contra deliberação do TCU

Quintos STF mantém decisão que reconhece direitos de incorporar vantagem na remuneração

Matéria publicada no Portal do Supremo Tribunal Federal (STF) deu conta de que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida liminar no Mandado de Segurança (MS) 35078, para suspender a eficácia de deliberação do Tribunal de Contas da União (TCU) que negou o registro de aposentadoria de um servidor público, a despeito de haver coisa julgada em seu favor. No caso em questão, havia decisão judicial transitada em julgado que reconheceu ao servidor público o direito de incorporar à sua remuneração a vantagem pecuniária denominada “quintos/décimos”.

Em sua decisão, o ministro afirmou que a autoridade da coisa julgada não pode ser transgredida por ninguém, muito menos por órgãos do Poder Público, como o TCU. “Impressiona-me, ao menos para efeito de formulação de um juízo de caráter estritamente deliberatório, a constatação de que já se passaram mais de quatro anos, oito meses



O ministro afirmou que a autoridade da coisa julgada não pode ser transgredida por ninguém

e 23 dias entre o trânsito em julgado da decisão que assegurou ao ora impetrante o direito à incorporação e a deliberação do TCU ao apreciar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria”, salientou o decano

da Suprema Corte.

Segundo observou o ministro, no caso em questão, já nem mesmo caberia ação rescisória porque já transcorreu o prazo decadencial de dois anos previsto no Artigo 495 do Código

de Processo Civil de 1973 (que estava vigente à época em que se consumou o transcurso do prazo), tratando-se, portanto, de “coisa soberanamente julgada”, absolutamente insuscetível de desconstituição.

O ministro Celso de Mello destacou que o ato que desrespeita a autoridade da coisa julgada, além de ofender direito fundamental da pessoa (o impetrante, no caso) cuja situação jurídica está protegida pelo “manto inviolável da coisa julgada”, também transgredir o princípio basilar que decorre do Estado de Direito e que encontra suporte legitimador na supremacia da ordem constitucional, em face da interconexão que há entre a coisa julgada material e o Estado Democrático de Direito.

Repercussão geral

Celso de Mello enfatizou que, após reconhecer a repercussão geral da matéria, o Plenário do STF julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 638115, concluindo pela impossibilidade de incorporação de Quintos

decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001.

Ocorre, no entanto, que estão pendentes de julgamento novos embargos de declaração de diversas entidades de classe representativas dos interesses de servidores públicos civis, que pedem a concessão de efeitos modificativos ao julgado. Segundo Celso de Mello, a interposição desses embargos faz com que, ao menos em tese, seja processualmente viável a reforma da decisão. “Presente esse contexto, e ao menos enquanto não analisados os recursos interpostos nos autos do RE 638115, entendo revelar-se prudente aguardar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal aprecie, em caráter definitivo, a situação jurídica dos servidores públicos sujeitos à eficácia do julgamento do apelo extremo precedentemente mencionado”, destacou o ministro.

Imprensa Sisejufe com informações do Portal do STF

Sisejufe obtém liminar assegurando acumulação da GAE com a VPNI para oficiais de justiça

A partir do primeiro semestre de 2017, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) passou a notificar os oficiais de justiça que possuem VPNI, oriunda de Quintos incorporados e que estavam com processos de aposentadoria em andamento, a fazerem opção entre essa parcela e a Gratificação de Atividade Externa (GAE) para que pudesse ser dada continuidade aos seus processos de aposentadoria.

O procedimento adotado pela Administração do Tribunal se baseou nos Acórdãos

nº 2784/2016 e nº 353/2017, ambos do Tribunal de Contas da União (TCU) e nos quais foram analisados atos de aposentadoria sujeitos a registro, emitidos pelo TRF2. De acordo com as decisões do TCU, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI) oriunda de Quintos incorporados pelos oficiais de justiça não poderia ser acumulada com a GAE.

Para evitar o corte remuneratório, o Sisejufe impetrou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar, sustentando a legalidade das incorporações e da percepção cumulativa da

VPNI com a GAE, a decadência do direito da Administração de rever os atos concessivos e a violação à segurança jurídica, dentre outros fundamentos.

Contudo, o juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem se manifestar sobre a violação ao devido processo legal e a decadência, acabou por indeferir o pedido de liminar, invocando precedente do TRF1 referente à situação diversa da discutida no mandado de segurança coletivo.

A Assessoria Jurídica do Sisejufe agravou da decisão e, na Sessão de Julgamento do dia 22 de agosto, a 5ª Turma do

TRF2 deu provimento ao agravo para deferir o pedido de liminar inicialmente pleiteado pelo sindicato. “Com essa decisão, deve ser mantido ou restabelecido o pagamento cumulativo das duas vantagens, que a Administração suprimiu ou pretende suprimir sem que sequer tenha havido ordem do TCU nesse sentido, pois a ordem do TCU se restringia àqueles servidores cujos atos de aposentadoria estavam pendentes de registro naquela Corte”, esclarece a advogada Aracéli Rodrigues, da assessoria jurídica do Sisejufe, responsável pelo processo.

A Assessoria Jurídica alerta

aos servidores aposentados com proventos que incluíram a GAE e a VPNI, cujos atos de aposentadoria já foram enviados ao TCU, que, se vierem a ter o registro negado diretamente pela Corte de Contas, em razão da acumulação, devem agendar atendimento com o Jurídico, assim que forem notificados sobre a decisão, pois esses casos não estão abrangidos pela liminar obtida no TRF2.

Imprensa Sisejufe com informações de Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados

Seminário reúne agentes de segurança para debater a Carreira

Categoria Foram discutidos temas como atividade de inteligência, terceirização e poder de polícia

Cristiane Vianna Amaral*

Sob a coordenação da Agepoljus realizou-se o XI Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal. Os debates, que aconteceram na sede estadual do Sindiquinze, em Campinas, nos dias 17 e 18 de agosto, reuniram cerca de 100 participantes para tratar da Carreira e do trabalho desempenhado pela associação em favor do segmento.

Temas como a Atividade de Inteligência, a Terceirização no Serviço Público, o Poder de Polícia e a PEC 358/2005 foram debatidos durante os dois dias do evento. O trabalho desenvolvido pela Agepoljus, tanto na esfera jurídica como na administrativa, foi apresentado pelo diretor jurídico da entidade, Antônio Walker Silva Matos, e pelos assessores Alexandre Marques (parlamentar) e Rudi Cassel (jurídico).

A violência que vem rondando os tribunais tem sido uma grande preocupação para o segmento, principalmente no Rio de Janeiro, marcado pela ameaça aos juízes. “Não atuamos de forma contundente, pois não temos condições, nem mesmo armas de fogo”,



Seminário é uma atividade de rotina da Agepoljus

lamentamos o coordenador do Núcleo dos Agentes de Segurança do Sisejufe, Carlos Henrique Ramos (Carlão). Ele avalia que o seminário foi importante para denunciar o que está ocorrendo no estado e para conhecer as experiências da Polícia Legislativa, que atua no Congresso Nacional e do TRT15 (base do Sindiquinze), que tem o foco na

inteligência, entre outras.

Para o representante de base do Rio de Janeiro, Wallace da Silva, falta vontade política para implantar a Polícia Judicial prevista na PEC 358/2005. “Precisamos ver a questão da segurança como um todo, inclusive a necessidade do uso de armas de fogo.” Para o agente, há discrepância entre

os tribunais, mesmo que todos tenham pessoal capacitado. “A segurança institucional deve ser colocada na mão de quem foi concursado para isso.” Nesse sentido, Wallace critica a presença de “batalhões” de policiais militares nos prédios do Judiciário Federal, enquanto as ruas ficam descobertas.

Também representaram o

Sisejufe, os diretores Joel Lima, Iuri Barbosa Matos Peixoto, José Fonseca e o agente Silas Faria Luiz.

Ataque ao serviço público é um retrocesso

Alexandre Marques chamou a atenção dos presentes para o ataque ao serviço público proposto pelo atual governo. “É um retrocesso; a qualidade do serviço público está caindo. Quem assiste televisão sabe a situação vivida no Rio de Janeiro. Infelizmente, esse é o futuro que nos espera”, enfatizou Marques, que também assessora o Sisejufe.

Edmilton Gomes, presidente da Agepoljus, destacou que a entidade deve trabalhar para que os agentes atuem efetivamente nas associações e sindicatos. “Precisamos ter mais agentes nas coordenações para reforçar a atuação em favor do segmento”, opinou o dirigente.

José Aristéia Pereira, presidente do Sindiquinze, reconheceu o trabalho promovido pela Agepoljus. De acordo com o presidente, cuidar daquilo que é visível aos olhos dos servidores demonstra o cuidado com aquilo que não é visível.



Agentes de segurança apontam problemas e soluções

CSJT aprova regulamentação sobre porte de arma

O plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou a regulamentação sobre porte de arma de fogo funcional dos servidores em função de segurança no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15) e conselheiro do Conselho Superior da Justiça

do Trabalho (CSJT), desembargador Fernando da Silva Borges, disse, durante a sessão realizada no dia 25 de agosto, que o objetivo da proposta é facilitar a concessão do porte e levantou dois pontos a serem incluídos na referida regulamentação.

O primeiro trata da emissão do certificado de registro e autorização do porte de arma para os agentes de segurança.

O desembargador citou o artigo 3º da Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), determinando que o certificado de registro e autorização do porte de arma de fogo será feito, preferencialmente, pela Polícia Federal, facultando-se a emissão da autorização para o porte e certificado de registro à própria

instituição, desde que ela possua estrutura administrativa para tanto. “É uma faculdade, não é uma obrigação, que poderia facilitar em algumas situações”, explicou o desembargador.

A segunda questão apontada foi o porte do certificado de registro da arma de fogo. De acordo com o desembargador, a Instrução Normativa 106 da Polícia Federal dispensa o

certificado de registro para esse tipo de armamento institucional. “Como as nossas armas institucionais são brasonadas, seria um documento a menos de porte”, explicou o magistrado.

*Da Redação, com informações da Agepoljus e do Sindiquinze

Diretoria eleita em agosto

Nova Direção

Nova direção assume e já começa a trabalhar e a dar continuidade ao trabalho das ge

Max Leone
e Fortunato Mauro*

A categoria do Judiciário Federal no Rio deu um exemplo de como a democracia deve funcionar. O processo eleitoral, entre 1º e 3 agosto, que culminou com a vitória da Chapa 1 - Mais Sisejufe -, com 61,79% dos votos (2.054), para dirigir o sindicato no triênio 2017/2020, transcorreu na mais perfeita ordem, consolidando a maturidade do funcionalismo frente ao momento político e econômico do país. A Chapa 2 - Renova Sisejufe - foi a opção para 1.189 (35,77%) dos filiados. Foram registrados 28 votos brancos e 53 nulos. Passada eleição é hora da união de forças para enfrentar os ataques que o governo Temer projeta para a classe trabalhadora como um todo, principalmente para os servidores públicos.

Valter Nogueira Alves, reeleito presidente do Sisejufe, lembrou o compromisso de campanha e conclamou a categoria a estar mobilizada para as próximas lutas. “Precisamos dos servidores unidos e fortes para garantir direitos e conquistar ainda mais”, afirmou o dirigente.

Os novos diretores já chegam conscientes da necessidade de intensificar o trabalho e a mobi-



Nova diretoria do Sisejufe toma posse em meio as tentativas de desmonte do Judiciário Federal

lização da categoria. E que a luta será muito árdua nos próximos três anos. “É uma grande honra e uma imensa responsabilidade fazer parte da direção neste período histórico tão grave nos campos político e econômico que estamos vivendo. Confio plenamente no nosso grupo para encarar esse período de tormenta com garra e habilidade política”, declarou o servidor do TRE-RJ e vice-presidente eleito, Lucas Costa, logo após o término da apuração.

Eduardo Brasil, componente da oposição, reconheceu que o

processo foi legítimo e também demonstrou disposição de permanecer na luta. “Nós apresentamos a nossa proposta política para a categoria, na qual tentamos explicitar ao máximo nossas divergências, principalmente quanto ao processo de negociação salarial. Reconhecemos a

lisura do pleito e a legitimidade da nova direção. Esperamos que faça jus à significativa vitória”, destacou o representante da Chapa 2.

Movimentação começou de madrugada

A movimentação começou

bem cedo na sede do Sisejufe, no Centro do Rio, dia 1º de agosto, para o primeiro dia da eleição. Mesários, funcionários do sindicato, representantes das chapas 1 e 2 e além de componentes da Comissão Eleitoral participaram ativamente de todo o processo ao longo dos três dias de votação. A categoria votou na expectativa de manter o sindicato de luta e representativo.

As primeiras urnas liberadas com suas equipes foram para Itaperuna, Macaé, Resende, São Pedro d’Aldeia, Três Rios, Volta Redonda, Barra do Piraí, Angra dos Reis, Petrópolis e, finalmente, Teresópolis. Para os locais de votação na capital, as urnas começaram a sair da sede do sindicato por volta das 9h. Os primeiros a votarem na urna 1, que ficou na sede do Sisejufe, foram o aposentado do Tribunal Regional do Trabalho (TRT1) Gildo de Lima e a pensionista Santílla Maria dos Santos, ambos de 75 anos de idade.

Os dois têm uma grande relação com o Sisejufe: Gildo é um dos sócios-fundadores da entidade sindical e o marido de Santílla - o servidor Nelson dos Santos - foi um dos que ajuda-

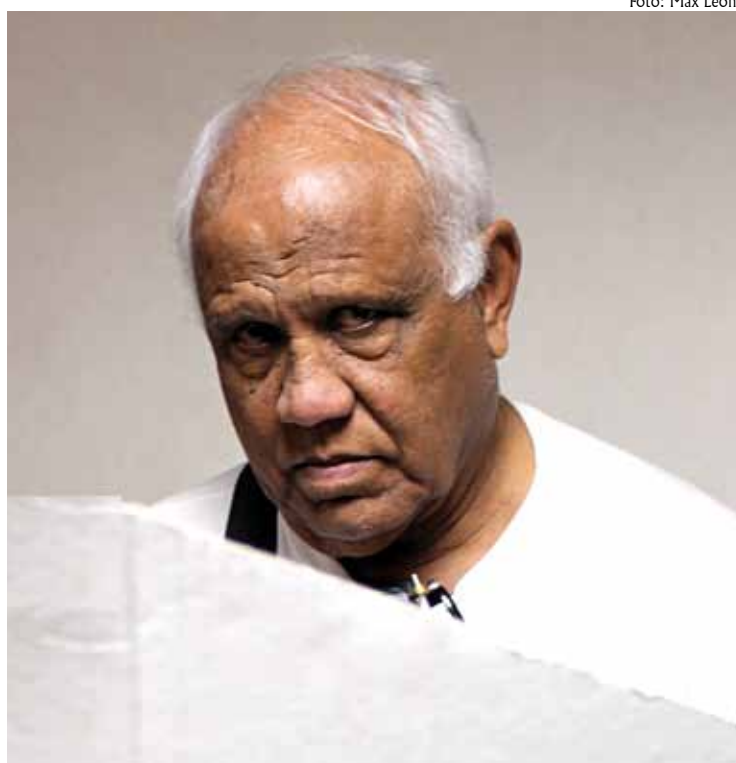


Foto: Max Leone

“Não deixo de participar das atividades do sindicato e muito menos das eleições para a diretoria mesmo depois de ter me aposentado em 1997”.

Gildo de Lima



Foto: Max Leone

o toma posse no Sisejufe

estões Mais Sisejufe, em tempos de desmonte do Estado brasileiro e de parte do Judiciário Federal



Foto: Karima Shehata

registrou a sua presença. “Os servidores têm que participar para escolher quem vai nos representar.” Ela espera que a nova direção tenha ainda mais representatividade e contato com a categoria. No Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em seu prédio sede, há muitos sindicalizados, foram instaladas duas urnas no saguão para agilizar a votação. No prédio da Dom Gerardo, a urna ficou no 11º andar. A representante da Chapa 1, Soraia Marca, e o representante da Chapa, 2 Marcos Magalhães, destacaram a tranquilidade da votação.

Posse formal, primeira reunião e posse solene

A posse formal da nova diretoria e do Conselho Fiscal do

Sisejufe, eleitos para o triênio 2017/2020, se deu no dia 1º de setembro, com a assinatura, por todos os eleitos, da ata de posse e registro da mesma em cartório.

No dia 5/9, houve a primeira reunião de trabalho da recém-empossada direção já com pauta de trabalho. Nesse pleno de direção começaram a ser distribuídos os diretores pelos departamentos e núcleos do sindicato.

A solenidade de posse será no 15 de setembro, às 19 horas, na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, na avenida Rio Branco, 120/12º andar, no Centro do Rio, evento para o qual, toda a categoria está convidada a comparecer.

*Da Redação

ram a criar o sindicato no final dos anos 1980. Tanto Gildo quanto Santilha não deixam de participar das eleições a cada três anos. “Onde o meu marido estiver eu sei que ele estará feliz em me ver participando da eleição. Afinal de contas ele lutou muito pela fundação desse

sindicato”, afirmou a pensionista recordando de Nelson dos Santos. “Não deixo de participar das atividades do sindicato e muito menos das eleições para a diretoria mesmo depois de ter me aposentado em 1997”, atesta Gildo após ter votado por volta das 10h30 da manhã.



Foto: Max Leone

“Onde o meu marido estiver eu sei que ele estará feliz em me ver participando da eleição. Afinal de contas ele lutou muito pela fundação desse sindicato”.

Santilha dos Santos

A importância da participação

A importância de participar do processo eleitoral foi destacada por grande parte dos servidores sindicalizados que votaram no primeiro dia. O analista judiciário André Musiello, 37 anos, lotado no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) da Augusto Severo, afirmou que a categoria precisa fortalecer o sindicato em um momento em que os trabalhadores, e também a Justiça do Trabalho, sofrem ataques por parte do governo Temer. “A eleição fortalece o sindicato na luta em defesa dos nossos direitos”, afirmou o analista.

Já o técnico judiciário também do TRT1, do prédio da Lavradio, Pedro Daer de Souza, 29, ressaltou que a organização dos trabalhadores depende do fortalecimento das entidades sindicais. “Precisamos do nosso sindicato forte para enfrentar os desafios que a atual conjuntura apresenta”, frisou o sindicalizado. O também técnico judiciário Rômulo Mattos, 29, participou da eleição no prédio da Antônio Carlos, do TRT1. “É importante que todos venham e participem”, conclamou servidor.

A técnica judiciária do TRE, Viviane Vitor, mesmo de férias,

“Precisamos dos servidores unidos e fortes para garantir direitos e conquistar ainda mais”.

Valter Nogueira



Foto: Max Leone

Categoria precisa fortalecer o sindicato em um momento em que os trabalhadores, e também a Justiça do Trabalho, sofrem ataques por parte do governo Temer. “A eleição fortalece o sindicato na luta em defesa dos nossos direitos”.

André Musiello

Sisejufe e servidores do TRT1

Categoria Servidores estão mobilizados contra a extensão da jornada da jornada de trabalho e pres

Max Leone*

Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), no Rio, não esmoreceram na luta pela revogação do Ato 55/2017, da Presidência do Tribunal, que aumenta a jornada de trabalho para oito horas diárias com uma de almoço. Desde maio, o funcionalismo e a direção do Sisejufe promoveram manifestações durante as sessões do Órgão Especial do Tribunal para pressionar os magistrados a derrubarem a medida. Em uma delas, chegaram a participar mais de 300 servidores. A mobilização tem sido intensificada desde que o desembargador Marcos Cavalcante, relator do Recurso Administrativo (RA) feito pelo sindicato, liberou o parecer para votação pelo órgão. O problema agora é que a Presidência do TRT1 não inclui o relatório na pauta para ser analisado pelos demais magistrados.

No dia 31 de agosto, houve a última manifestação com um grupo de servidores no auditório do 4º andar do prédio da Antônio Carlos, diante do completo descaso da Presidência do TRT1, que ainda não pautou a matéria para ser debatida. Mais uma vez o funcionalismo demonstrou a insatisfação com a demora do presidente, desembargador Fernando Zorzenon, em pautar o parecer do relator. Como tem sido de costume, os funcionários, munidos de cartazes, acompanharam a sessão do Órgão Especial para pressionar os magistrados a tratarem do assunto.

Rotina de mobilização e convencimento

Desde o mês de maio, a direção do Sisejufe organiza os protestos toda vez que há sessão. “Nós sabemos que o parecer do desembargador Marcos Cavalcante está liberado desde o dia 4 de agosto. Mas o presidente do tribunal vem protelando sem justificativas a inclusão do recurso



Judiciários do TRT1 participaram, até aqui, de todas as sessões do Órgão Especial, na busca de uma solução para o impasse

do sindicato para ser analisado. Por conta disso, não podemos esmorecer e temos, mais do que nunca, que pressionar para que o parecer seja pautado o quanto antes”, afirma Mônica Santana, diretora do Sisejufe.

A demora do voto em ser pautado, segundo informações que circulam pelos corredores do Tribunal, estaria ligada à possibilidade de o presidente apresentar um novo ato em substituição ao anterior. Os comentários entre os próprios funcionários lotados no Órgão Especial era de que Zorzenon, ciente do teor do parecer do relator do caso, revogaria o Ato 55 e apresentaria um outro. Ocorre que nenhum novo ato, em substituição ao vigente, foi publicado e nem o recurso do Sisejufe foi pautado para a sessão do dia 31 de agosto.

Ao fim da manifestação, os diretores do Sisejufe Ricardo

Quiroga e Amauri Pinheiro, além de Mônica Santana, se reuniram com alguns dos servidores que participaram da mobilização. No rápido bate-papo, foi ressaltada a importância de se continuar

a ação para forçar a inclusão, na pauta, o parecer do relator sobre o RA do Sisejufe.

Além de manifestações, o Sisejufe manteve o trabalho de convencimento de desembargadores para revogar Ato

55. A direção do sindicato manteve a intensa rotina ao percorrer os gabinetes dos magistrados do Órgão Especial pressionando para que votem a favor do RA da entidade que pede a revogação do Ato



Desde 13 de julho servidores se mantêm mobilizados na luta contra o aumento extemporânea da jornada de trabalho

Lutam pela revogação do Ato 55

pressionam desembargadores para a derrubada do Ato da Presidência



Fotos: Max Leone

Presidência manda desligar ar-condicionado

Max Leone*

Para piorar a situação, a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) determinou que os equipamentos de ar-condicionado não ficassem ligados até o fim do expediente que por ela foi prolongado. O Sisejufe, atendendo a reivindicação dos servidores do Tribunal, requereu, com base na NR 17 do Ministério do Trabalho, que fossem garantidas as condições de conforto para o desenvolvimento das atividades laborais dos servidores. A entidade alegou que “o desligamento antecipado dos aparelhos de ar-condicionado acarretaria em uma mudança climática que tornaria praticamente improdutivo esse período de finalização da jornada”. Mesmo assim, o presidente se recusou a estabelecer, de maneira que prevalecesse o bom senso, o prolongamento do uso dos equipamentos.

O presidente Fernando Zorzenon sugeriu que as janelas dos prédios fossem abertas

ao invés de prolongar o uso dos aparelhos de refrigeração, conforme reivindicado pelos servidores, esquecendo-se que várias janelas são lacradas ou, ainda, que essas não existem em vários locais. Nessas circunstâncias, não restou ao Sisejufe senão impetrar Recurso Administrativo (RA), contrário à decisão de seu presidente, junto ao Órgão Especial do TRT1.

Em 1º de junho, o auditório do prédio da Antônio Carlos foi palco de nova manifestação na luta pela retomada a jornada original de sete horas ininterruptas ou oito horas, incluindo o intervalo intrajornada. Pela segunda vez, como ocorreu no dia 18 de maio, servidores do Tribunal e diretores do Sisejufe empunharam cartazes e faixas em protesto contra a adoção da jornada de trabalho maior.

Servidores começam as mobilizações e os protestos

Muitos servidores vestiram roupa preta em sinal de luto e para demonstrar o total descontentamento com a decisão do presidente do tribunal. Uma grande faixa, confeccionada

pelo sindicato, foi exposta. Ao final da sessão do Órgão Especial, diretores do Sisejufe e servidores levaram a faixa para bem próximo de onde os desembargadores costumam ficar.

A primeira manifestação ocorreu no dia 18 de maio contra o aumento de jornada de trabalho durante a sessão do Órgão Especial. Mais de 300 servidores participaram. Na ocasião, a diretoria do Sisejufe entregou aos membros do Órgão Especial o abaixo-assinado que foi passado pelo sindicato entre o funcionalismo. Foram colhidas mais de 900 assinaturas.

Logo após o encerramento da sessão do Órgão Especial, convocados pelo diretor do Sisejufe Amauri Pinheiro todos os servidores se dirigiram para a entrada do prédio pela Rua da Imprensa para participar de uma reunião com o objetivo de tratar dos desdobramentos da luta.

*Da Redação

55. Os dirigentes têm mantido a iniciativa para conversar a respeito dos prejuízos que a elevação da jornada provocará para os servidores sem apresentar ganhos para o TRT1. “E vamos manter essa estratégia

até o dia da análise do voto do relator do RA”, assegurou o diretor Ricardo Quiroga.

Cronologia da mobilização

Em 13 de julho, os diretores do Sisejufe (Ricardo Quiroga e Amauri Pinheiro), juntamente com um grupo de servidores, entre eles a técnica judiciária Raquel Albano, promoveram um manifesto durante a sessão do Órgão Especial do TRT1. Os objetivos eram externar o completo descontentamento com a extensão da jornada de trabalho e pressionar os desembargadores a revogarem o Ato 55.

Em 27 de julho, o desembargador Marcos Cavalcante, relator do caso, informou à direção do sindicato que liberaria o voto para análise do Órgão Especial. Segundo o magistrado, o voto entraria em pauta na primeira reunião subsequente à data da apre-

sentação do parecer do relator, “respeitando o prazo de 48 horas anteriores da sessão”. O que de fato não ocorreu. Nesse mesmo dia, ocorreu nova manifestação do funcionalismo contra a ampliação da jornada de trabalho.

Na ocasião, a analista judiciária Fabiana Baptista ressaltou a importância da mobilização, destacando que a categoria não pode deixar esmorecer a participação nas manifestações. “Não adianta ficar reclamando pelos corredores de que

aumentou a jornada. Temos que participar das atividades, do contrário, acaba sobrecarregando os que participam sempre. A responsabilidade deve ser dividida com todos e não apenas com uns poucos”, advertiu a servidora, após a manifestação no 4º andar do prédio da Antônio Carlos.

Em 29 de junho mais um protesto ocorreu durante a sessão do Órgão Especial do Tribunal.

No dia 17 de agosto, funcionários do Tribunal participaram

de manifestação silenciosa durante a sessão do Órgão Especial. Os servidores marcaram presença e deram o recado de que há uma grande insatisfação, reivindicando a imediata revogação do Ato 55. “Vamos continuar com a mobilização para conseguirmos revogar o aumento da jornada de trabalho no TRT1”, afirmou Amauri Pinheiro.

*Da Redação



Imposto pelo TSE, projeto eleitores, candidatos, adv

Rezoneamento

Projeto idealizado por Gilmar Mendes, presidente TSE, teve início com a extinção d

“O Rio de Janeiro foi a cidade mais atingida, com o fechamento de 48 cartórios. A medida vem avançando também sobre o interior dos estados, podendo chegar a mais de 900 cartórios.”

Cristiane Vianna Amaral*



Nas audiências públicas diretores do Sisejufe foram protagonistas apontando os problemas do Rezoneamento

No dia 18 de agosto, fim do prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os tribunais regionais encaminharam os respectivos projetos de rezoneamento para o interior de seus estados, atendendo a resolução que havia exigido a formulação do planejamento de cortes e a execução das extinções de zonas eleitorais ainda no ano de 2017. Apenas os regionais do Rio Grande do Sul e do Tocantins deixaram de apresentar propostas de fechamento das unidades cartorárias do interior, tendo por conta disso sofrido retaliação direta do presidente do TSE, que determinou a suspensão da folha de pagamento de juízes e promotores até que fossem remetidos os projetos de extinção de diversos cartórios.

“Mesmo os outros tribunais tendo apresentado projetos de rezoneamento do interior, o fato é que muitos formularam justificativas para evitar que um número excessivo de zonas eleitorais fosse extinto, uma vez que os parâmetros definidos nas resoluções do TSE impunham o fechamento de muitas unidades em cidades que simplesmente deixariam de contar com a presença da Justiça Eleitoral”, expli-

ca Lucas Costa, vice-presidente do Sisejufe. Se as mudanças se efetivarem, algumas unidades passarão a atender até cinco municípios, com sérios prejuízos para eleitores, candidatos, advogados, servidores e a própria democracia. O projeto do TRE/RJ prevê o fechamento de 36 cartórios no interior do estado do Rio de Janeiro, enquanto que a determinação do TSE exige 64, além dos 48 extintos na capital.

No dia 30 de agosto, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

471, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) requereu a suspensão da medida adotada pelo ministro Gilmar Mendes, que determinou a suspensão do repasse de verbas para a manutenção dos serviços nas zonas eleitorais dos estados cujos regionais não cumpriram a determinação da extinção. “Nesse momento, os tribunais e servidores vivem grande expectativa no aguardo da eventual homologação ou não, pelo TSE, desses projetos que mitigam os cortes de zonas eleitorais do

interior”, destaca Lucas Costa. As eventuais negativas, por parte do Tribunal, podem representar ainda mais extinções.

Atuação do Sisejufe junto à questão

O Sisejufe vem mobilizando os servidores da Justiça Eleitoral em diversas reuniões, inclusive setoriais no interior do estado. Vinte e sete resoluções foram deliberadas pelos servidores nessas reuniões e apresentadas formalmente pelo Sisejufe à Presidência do TRE/RJ, tendo como objetivo minimizar os

impactos decorrentes do rezoneamento. “Conseguimos adiar as remoções. A presidente do tribunal afirmou que vai atender nosso pedido de não remover ninguém antes de concluir o rezoneamento no estado todo. Isso significa que a questão provavelmente será tratada pelo novo presidente, tendo em vista que o mandato da presidente Jacqueline Montenegro termina em 30 de novembro” salientou Fernanda Lauria, diretora do Sisejufe.

*Da Redação



Sisejufe na ponta de lança contra o Rezoneamento imposto pelo TSE

O é nocivo para servidores, advogados e à democracia

e 72 zonas eleitorais nas capitais do país



Fotos: Divulgação

A campanha do Sisejufe contra o Rezoneamento da Justiça Eleitoral ganhou força em âmbito nacional. Duas audiências públicas ocorreram na Câmara dos Deputados, fruto das articulações políticas da direção do sindicato com o objetivo de debater a extinção de diversas zonas eleitorais em todo país.

Audiências Públicas dão visibilidade ao desmonte da Justiça Eleitoral

Cristiane Vianna Amaral e Max Leone

Na primeira audiência, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a pedido do deputado Wadih Damous (PT/RJ) realizada no dia 23 de agosto, a precarização da Justiça Eleitoral e sua privatização, acelerados pelo processo de Rezoneamento instituído pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, e os prejuízos em decorrência dessa medida para o eleitor brasileiro, foram denunciados pelos representantes do Sisejufe, Fernanda Lauria e Lucas Costa, da Fenajufe e outros sindicatos que participaram da reunião.

Como encaminhamento da Audiência, havia sido definido que seria solicitada uma audiência de parlamentares, juízes, promotores e servidores com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 471.

“O Sisejufe está atuando em conjunto com o deputado Wadih Damous na criação da ‘Frente Parlamentar em Defesa da Justiça Eleitoral’. O estatuto da Frente já está praticamente pronto e, com isso, começaremos a coleta das assinaturas dos parlamentares. Inclusive alguns já manifestaram abertamente o apoio à formação da Frente e que assinariam o manifesto. A audiência na CCJ impulsionou essa questão”, informou Fernanda Lauria.

No dia 24, foi a vez dos dirigentes sindicais participarem de outra audiência, agora na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, também para discutir a extinção de zonas eleitorais. A reunião novamente foi solicitada pelo Sisejufe, representado pelos diretores Fernanda Lauria e Lucas Ferreira Costa.

A articulação da audiência foi do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), que se propôs a levar os representantes do Sisejufe para conversar com os dois relatores dos projetos

de Reforma Política, deputada Shéridan Oliveira (PSDB/RO) e deputado Vicente Cândido (PT/SP).

O debate contou ainda com a presença de representações dos sindicatos da base da Fenajufe vindos do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Tanto na Audiência Pública da CCJ, quanto na da CLP, foi levantada a possibilidade de incluir na Reforma Política, que está sendo discutida no Congresso Nacional, mecanismos de defesa da estrutura da Justiça Eleitoral que impeçam a extinção das zonas eleitorais por imposição do TSE. “A participação de servidores de zonas eleitorais foi muito importante. Com seus relatos, foi possível passar para quem assistiu às audiências a dimensão de tudo o que está acontecendo. Também vimos como as duas audiências públicas da Câmara dos Deputados deram visibilidade à nossa luta, inclusive entre os próprios parlamentares”, acrescentou Fernanda.

Audiência no Senado Federal e na Alerj

O Sisejufe também já conseguiu aprovar a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar do Rezoneamento, por meio de requerimento do senador Paulo Paim (PT/RS). O esforço da direção é para que a data de debate seja marcada o quanto antes.

Ainda no mês de agosto, foi realizada primeira Audiência Pública da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para acompanhar o Rezoneamento eleitoral nos municípios do estado. A Comissão encaminhou manifesto de repúdio contra a Portaria 372/2017 e Resolução 23.512/2017, ambas do TSE, ao presidente do TSE que tratam da extinção das zonas eleitorais. Também deve ser criada uma Frente Parlamentar estadual que articulará ações com a bancada federal, câmaras de vereadores e entidades da sociedade civil.

*Da Redação



Eneje faz propostas que serão encaminhadas à Executiva da Fenajufe

Categoria

Encontro formulou questões importantes para o movimento na Justiça Eleitoral

Max Leone*

Os participantes do Encontro Nacional da Justiça Eleitoral (Eneje), da Fenajufe que ocorreu dias 19 e 20 de agosto, em Brasília, apresentaram uma série de propostas, entre elas a luta contra a extinção de zonas eleitorais; o debate acerca do Concurso Nacional de Redistribuição; o reajuste dos auxílios dos servidores; a gratificação eleitoral; o corte no orçamento das eleições de 2018; o direito de advogar para os servidores do Poder Judiciário (PJU) e do Ministério Público da União (MPU); a reforma política e, também, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao pagamento dos Quintos.

Propostas chegam à Fenajufe

Ficou acertado no encontro que as propostas serão encaminhadas à diretoria-executiva da Fenajufe. De acordo com a federação, o Eneje permitiu um diagnóstico preciso sobre a situação dos cartórios eleitorais de todo o país. “Foi um encontro muito produtivo, em um ambiente tranquilo de discussão que propiciou acúmulo e aprofundamento importantes dos temas pautados. Estamos em um momento grave de ataque aos direitos dos servidores e de desmonte do serviço público, do PJU e do MPU - entre eles a extinção de zonas eleitorais - e precisamos enfrentar o projeto de Estado mínimo, em curso”, afirmou Mara Weber, coordenadora de comunicação da federação.

A expectativa é de que a Fenajufe e os sindicatos encaminhem as propostas que forem acolhidas a partir dos debates, que contou com a participação de 41 servidores de 18 sindicatos de base, entre eles o Sisejufe, que foi representado por Adriana



Servidores da Justiça Eleitoral formulam propostas para a Fenajufe encaminhar

Tangerino, diretora do Sisejufe, Deise Azevedo, diretora eleita para gestão 2017-2020 e o representante de base João Mac-Cormick, do TRE fluminense.

Sisejufe, com seus membros, muito contribuiu

Durante os informes, Deise Azevedo retratou a catástrofe do cenário atual no Rio de Janeiro, provocado pela proposta de Rezoneamento. Quanto à Gratificação de Atividade Eleitoral (Grael), Adriana Tangerino cobrou uma reformulação do projeto que lhe deu origem. “Penso que deveria haver uma reformulação no projeto original. A Justiça Eleitoral possui especificidades inerentes ao calendário eleitoral, que impõem aos servidores enorme sobrecarga, portanto, é necessário que seja considerada e valorizada, por exemplo, a suspensão do direito de férias dos servidores; a necessidade de dedicação desses de forma ininterrupta e, além da jornada ordinária, sem esquecer da fiscalização da propaganda eleitoral”, afirmou a dirigente do Sisejufe.

O representante de base João Mac-Cormick destacou a importância do Eneje, uma vez que “permite que as pessoas

possam, livremente, se expressar sem as ‘amarras das deliberações das correntes’. Isso qualifica a democracia, conferindo maior legitimidade às opiniões surgidas”.

Servidores da Justiça Eleitoral do Rio aprovam propostas para o encontro

Antes da realização do Eneje, no dia 16 de agosto, servidores da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro se reuniram na sede do Sisejufe e aprovaram propostas que foram encaminhadas ao encontro. As principais deliberações foram a luta contra o registro civil nacional sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral; o combate ao Rezoneamento e à extinção de zonas eleitorais (no tocante ao remanejamento dos servidores excedentes, ficando mantidas as resoluções deliberadas pelos servidores nas reuniões setoriais realizadas pelo Sisejufe); e que seja garantido o acompanhamento na Comissão de Orçamento e Finanças (COF), da Câmara Federal, para que se efetive a adequação orçamentária para garantir o reajuste dos auxílios em decorrência do processo inflacionário.

Também foram apresentadas

algumas deliberações relativas à Comissão Nacional da Justiça Eleitoral da Fenajufe.

Participantes do Eneje defendem ampla mobilização contra retirada dos Quintos

A decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STF) contrária à manutenção da incorporação dos Quintos no vencimento foi o principal tema dos debates da manhã do segundo dia do Eneje. A avaliação dos servidores é de que a decisão fere princípios constitucionais e quebra a segurança jurídica no país, uma vez que já havia decisões anteriores do Judiciário, transitadas em julgado, pela manutenção do pagamento de sua incorporação.

Diante disso, os participantes reforçaram a necessidade de uma reação da categoria frente à decisão da Suprema Corte, com uma ampla mobilização nacional que busque reuniões com todos os órgãos para pressionar e sensibilizar sobre o impacto dessa decisão na vida de servidores e servidoras.

Outra frente diz respeito à articulação com as entidades de servidores e com todas as centrais sindicais do país para combater a quebra da segurança jurídica, afetando o Estado

Democrático de Direito. As mobilizações deverão endossar as decisões tomadas pela Comissão Jurídica Nacional da Fenajufe que na quarta-feira, (16/08), discutiu o tema e decidiu pela interposição dos Embargos Declaratórios relacionados ao Acórdão RE 63811, que dispõe sobre a incorporação dos Quintos, publicada no dia 10 de agosto pelo STF.

A Direção da Fenajufe, em consonância com o parecer da Comissão Jurídica Nacional, decidiu que será deflagrada uma ampla mobilização nacional junto aos ministros da Suprema Corte, assim como no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselho de Justiça Federal (CJF) e demais tribunais superiores, com o objetivo de impedir retrocessos e a retirada de direitos dos servidores públicos. De forma unânime, os membros da comissão consideraram que a decisão do ministro do STF, Gilmar Mendes, sobre os Quintos “viola princípios constitucionais e preceitos consolidados de direito processual civil”.

*Da Redação

Sisejufe defende contra demissão por insuficiência de desempenho

Servidor Público Projeto que prevê demissão por insuficiência de desempenho prima pela punição

A direção do Sisejufe defendeu o arquivamento do Projeto de Lei (PLS 116/2017 – Complementar) que regulamenta dispositivo da Constituição permitindo a demissão de servidor público estável, concursado avaliado com insuficiência no desempenho do cargo. O posicionamento da entidade foi apresentado durante a Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado que ocorreu em 15 de agosto.

Para Soraia Marca, dirigente do Sisejufe, presente à Audiência, a forma como a avaliação está apresentada no projeto criará um mecanismo que possibilitará o crescimento do número de casos de assédio moral. Ela ressaltou que no Judiciário Federal já ocorrem muitos episódios de assédio, sendo a proposta “um facilitador para o aumento dessa prática, por se dar de forma verticalizada”.

Além disso, Soraia explica que o objetivo central da ação do sindicato é barrar o projeto, “que mesmo com o vício de iniciativa no Senado, após aprovado naquela Casa, chegará à Câmara e poderá ser anexado ao projeto já existente na própria Câmara, de iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Avaliação punitiva

O Projeto de Lei 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), foi apresentado na audiência presidida pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), relator da proposta. Lucena Pacheco, dirigente do Sisejufe, também presente na Audiência, questionou Lasier Martins sobre a apresentação de alternativas mais democráticas de avaliação,



Diretoras do Sisejufe ponderam com Lasier Martins sobre o aspecto punitivista dos PLS

como o modelo 360 graus, em que todos os servidores são avaliados por todos. “Mesmo que nosso objetivo seja que esse processo seja arquivado, precisamos ser propositivos, construindo alternativas que tenham sido sugeridas por nós servidores e não elaboradas por pessoas que não participam do processo”, alegou Lucena.

A diretora acrescentou, ainda, que “oferecer alternativas é muito importante, mas não podemos legitimar um processo em ambiente político de correlação de força desequilibrada para os servidores”. Sendo o projeto de viés punitivo, cujo objetivo é a demissão, não considera, obviamente, o papel da avaliação de desempenho e de diagnóstico para apresentar insumos à política de desenvolvimento e corrigir ações e estratégias para

alcançar os objetivos institucionais e potencializar as habilidades e competências do servidor. E isso, provocará, segundo Lucena, “um brutal aumento dos casos de assédio moral e de perseguição de servidores por chefias, principalmente aos que são sindicalistas”.

Lasier Martins abriu os trabalhos da Audiência resumindo a proposição da senadora Maria do Carmo Alves, com a justificativa da necessidade de regulamentar o Artigo 41, Parágrafo 1º, Inciso III, da Constituição Federal. O projeto apresenta um modelo de avaliação de desempenho já utilizado hoje na maioria dos órgãos públicos. Com fatores avaliativos de qualidade e produtividade e outros cinco escolhidos entre 12 fatores variáveis, de acordo com as atividades desempenha-

das, mas com um agravante que torna a proposta perversa: após quatro avaliações de conceito “N” (Não Atendimento) ou após cinco conceitos “N” e “P” (Atendimento Parcial) alternados nas dez últimas avaliações, o servidor será exonerado por insuficiência de desempenho. E ainda, que problemas de saúde e psicossociais não serão óbices à exoneração. No projeto original, a avaliação do servidor se dará a cada seis meses e o avaliador é um servidor estável, porém o relator vai propor que a avaliação seja anual, havendo a possibilidade de passar também por uma comissão.

Histórico da estabilidade

A coordenadora da Fenajufe Adriana Faria fez um histórico da estabilidade nas Constituições brasileiras desde 1824,

demonstrando que ela somente foi retirada, ou modificada, dependendo do projeto de Estado. Segundo a dirigente nacional, quando havia a necessidade da presença de um Estado mais firme, a estabilidade sempre foi flexibilizada, citando o exemplo o Ato Institucional nº 5 (AI 5), que de 1968 à 1978, deu plenos poderes ao presidente da República para praticar todas as arbitrariedades possíveis e inimagináveis. “Assim, fica claro que interessa ao Estado em fragilizar a eficiência do serviço público para, desta forma, favorecer a corrupção e fazer com que o servidor perca a sua independência”, sentenciou Adriana.

Coral do Sisejufe faz apresentação histórica no MAM

Cultural

Coral do sindicato faz apresentação inesquecível no Museu de Arte Moderna do Rio

Tais Faccioli*

Diante de uma plateia animada, o Coral do Sisejufe fez uma apresentação, no domingo 27/8, com repertório variado, passando pela MPB, pelo Forró, pelo Baião, pelo Samba das antigas, como “A Voz do morro”, de Zé Keti, e modernos, como “Deixa a vida me levar”, composição de Serginho Meriti, gravada e popularizada por Zeca Pagodinho. “A paz”, de Gilberto Gil e João Donato, e “Anunciação”, de Alceu Valença, não ficaram de fora, além da irreverência de Tim Maia, que foi lembrada na música “Não quero dinheiro”.

A performance teve um sabor especial e uma responsabilidade a mais: o cenário foi o auditório do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio. Foi um convite inédito ao Coral do Sisejufe para participar do consagrado projeto “Música no Museu”. “É um marco histórico do nosso coral”, garante o maestro Eduardo Feijó, para quem, “a apresentação é a nossa primeira com repertório completo num projeto de vulto nacional e até premiado fora do país. É o coroamento da nossa trajetória. Apenas grandes instrumentistas participam. Estou muito feliz”.

Ao som de “O Sol nascerá”, de Cartola, o Coral do Sisejufe foi acompanhado pelo casal de dançarinos Tatiana Braz e



Audiência no MAM atenta durante a apresentação do Coral do Sisejufe

Raphael Meira, que já passaram por grandes companhias de dança. “Foi uma experiência fantástica. Eu também faço canto. Então, poder dançar no compasso dessas vozes lindas e num lugar legal como o MAM, é uma grande inspiração”, afirmou Raphael Meira.

Além dos dançarinos, o Coral dividiu o palco com o percussionista Naif Simões. “Foi tudo perfeito. Nesse momento no qual a gente vive em nosso país é essencial mantermos a cultura viva”, afirmou o espectador Gustavo Lunz.

Ao final do evento, o Coral do Sisejufe foi convidado para voltar ao MAM, em dezembro,

para um concerto de Natal. “Estou realmente tomada de muita emoção. Esse dia será inesquecível”, resumiu a diretora do Sisejufe e integrante do Coral, Lucena Pacheco.

Vinte anos de “Música no Museu”

Idealizado por Sérgio Costa e Silva, o projeto “Música no Museu” foi inaugurado em 1997 no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) com o espetáculo do violonista Turibio Santos. Hoje conta com 42 dos melhores museus e centros culturais, além de lindas igrejas cariocas para a realização de seus eventos. São realizados concertos até fora do Brasil. Em 2017, estão sendo lembrados os 130 anos de Villa-Lobos e 120 anos de Francisco Mignone.

*Da Redação



Livros que libertam: bibliotecas em presídios

Cultural Biblioteca do TRF2: livros contra grades

No período de um ano, tendo lido e resenhado 12 livros, o preso poderá obter a diminuição de até 48 dias do seu tempo de reclusão

Cesar Gondim*

São duas salinhas decoradas com duas mesas, cortinas simples e recortes coloridos de papel crepom, medindo aproximadamente vinte metros quadrados, mas a força libertadora do espírito humano contida nos quase 3.000 livros armazenados nas suas estantes e armários possui o vigor de se contrapor ao milhão de metros quadrados de muralhas, grades, trancas e cadeados do presídio de Gericinó, situado no bairro do mesmo nome, no município do Rio de Janeiro, de certo modo análogo à narrativa de Heródoto, quando 300 soldados espartanos se contrapuseram a um milhão de soldados do exército persa. Falamos da recém-inaugurada Biblioteca, situada no presídio feminino Joaquim Ferreira de Souza, no coração do Complexo Penitenciário de Gericinó, mais conhecido como Complexo de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro.

A Biblioteca foi inaugurada em meados de junho de 2016, em observação à Recomendação N. 44 de 26/11/2013 do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, ainda não regulamentada, que preconiza a criação de Bibliotecas nos presídios e o encorajamento à leitura, refletida e resenhada, como uma das maneiras de se obter a diminuição do número de dias de encarceramento e assim colaborar para a ressocialização dos presos. Funciona da seguinte forma: a cada livro lido e resenhado num período de 21 a 30 dias, uma comissão formada por pedagogos e pro-

fessores avalia a resenha, enviando, em seguida, um relatório ao juiz, que poderá conceder o benefício da remição de quatro dias da pena. Desse modo, no período de um ano, tendo lido e resenhado 12 livros, o preso poderá obter a diminuição de até 48 dias do seu tempo de reclusão, o que não é pouco quando se contam as horas e os minutos... “É o nosso filho” contou-nos, com entusiasmo, Bruna Rafaela Guimarães, que à época da inauguração, ocupava o cargo de Diretora da unidade, referindo-se à Biblioteca. O mesmo entusiasmo é compartilhado por Anne Elise Ormond Ferreira e Karen Marinho, à época, respectivamente, Subdiretora da unidade e Chefe de administração do presídio. “Desde a inauguração, as presas já garimpavam os livros com avidez, buscando os seus autores preferidos” nos conta Bruna. Engana-se quem imagina que a Biblioteca nasceu apenas para cumprir a recomendação legal. Em verdade, a implantação do projeto foi obra

totalmente voluntária, sem que existisse previsão de verba destinada à compra dos livros. A montagem do acervo partiu da generosidade e boa vontade das funcionárias da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, SEAP, em uma ação

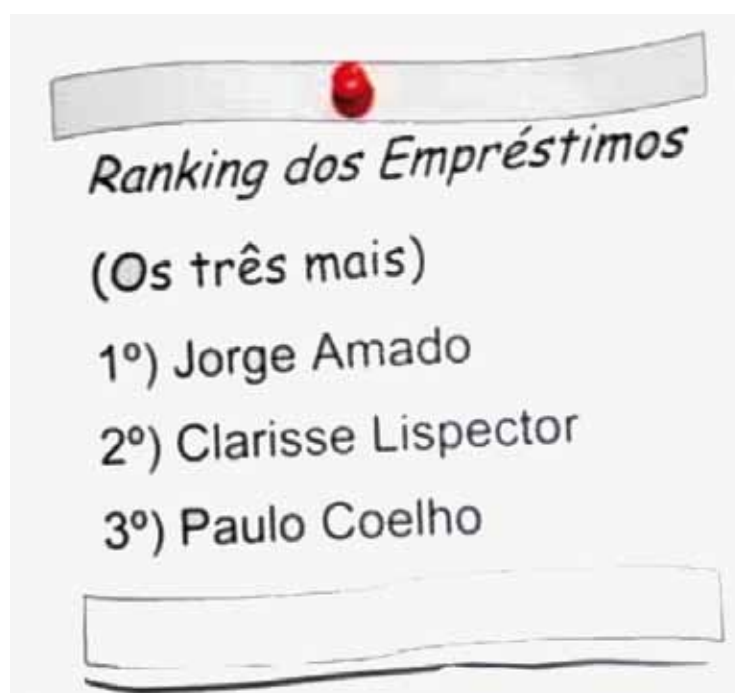


Fotos: Divulgação

conjunta com Eliana Santos, coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Maria Montessori, que também funciona na unidade prisional. Todas doaram livros e colaboraram para a criação do ambiente acolhedor. A organização, indexação e catalogação dos livros, bem como o gerenciamento do espaço, encontra-se sob os cuidados

exibe o ranking dos autores mais solicitados até então, com Jorge Amado figurando em primeiro lugar, Clarice Lispector em segundo e Paulo Coelho, em terceiro. A preferência pela festa e pelo sol da Bahia que brilham nas palavras de Jorge Amado, a viagem aos mistérios da alma feminina através dos enigmas dos textos de Clarice Lispector

com o Joaquim” que, associado à Biblioteca, encoraja à leitura, levando livros às celas das internas, que, na sequência, são discutidos e comentados, não apenas do modo espontâneo como se comentam leituras marcantes, mas também através de leituras compartilhadas e debates sistemáticos e organizados com o intuito de formar leitoras. Todas essas iniciativas, da criação da Biblioteca ao projeto “Lendo com o Joaquim” vêm sendo realizadas, sempre, em estreita colaboração e parceria entre a administração e as detentas. “Eu antes era depressiva, mas agora ganhei um novo ânimo” nos conta ST, engajada no projeto desde o começo. “Até penso em retornar para a Biblioteca após cumprir a pena”, brinca ela. Não só formar leitoras, mas também ensinar os princípios de organização de bibliotecas fazem parte do escopo, espírito e ânimo dessa realização. Como ensina mestre Paulo Freire, ninguém permanece a mesma pessoa depois de adquirida a prática da leitura.



experientes das detentas SFT, bibliotecária poliglota, bacharel em Direito e pedagoga, e ICCS, professora, que, trabalhando juntas, indexaram e catalogaram, no curto período de um mês e meio, três mil livros! Um quadrinho singelo fixado na parede

e os caminhos do misticismo guiados pelo “mago” Paulo Coelho não parecem escolha gratuita e aleatória das leitoras. Na busca por esses autores, percebe-se o anseio da alma humana por se evadir do cotidiano de muros de concreto, cadeados, guardas e barras de ferro do presídio, eficazes para encarcerar os corpos, mas incapazes de aprisionar o infinito do espírito humano.

As administradoras falaram também do projeto “Lendo

*Da equipe de produção da Revista Biblos - Informativo da Biblioteca do TRF2

Contar histórias para reestruturar o Terceiro Milênio



Prata da Casa

Servidor aposentado lança quarto livro no dia 1º de setembro no auditório do Sisejufe

Max Leone

Uma palavra vem à mente e já é suficiente para dar uma boa ideia. Essa mesma palavra se junta a outras e mais outras que pode ser resultado de uma conversa, uma observação e até mesmo desta entrevista e, pronto, há argumentos suficientes para redigir um texto. Seja uma poesia, uma prosa, um conto, a história surge. E é assim que vem ocorrendo ao longo dos anos com o servidor aposentado da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Denison Ramos, 75 anos, que dedica uma boa parte de seu tempo a escrever, escrever, escrever e escrever...

E dessa forma, ele preparou o seu quarto livro “O Contador de História - Calaboca do Mato e outros contos”, que foi lançado no dia 1º de setembro, no auditório do Sisejufe, no Centro do Rio.

Com novo livro, o autor tem a esperança de contribuir para as novas gerações responsáveis pela reestruturação do Terceiro Milênio. “Eu começo a escrever quando dá na ‘telha’, escrevo, escrevo e, quando vejo, já terminei. Não tenho um tema predileto. Às vezes uma palavra ou uma imagem interessante me vem à cabeça e começo a escrever. Vou juntando com outras palavras, outras ideias até finalizar a poesia, por exemplo”,

afirma Denison ao tentar explicar o seu processo de criação.

Denison Ramos é mais um personagem que o projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. O aposentado, que foi diretor do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe, na gestão 2014/2017 e foi eleito representante de base para o triênio 2017/2020, lembra que este, “O Contador de História - Calaboca do Mato e outros

contos” será o seu primeiro livro de contos. Os anteriores foram obras de poesia.

O primeiro deles, o “Sim efetivamente” foi lançado em janeiro de 2009 e o segundo, “Cosmogonia: uma visão do Universo”, publicado em abril de 2011. Esse último, segundo Denison, “estava pronto e acabado desde a década de 1960, no século passado”. Os dois de autoria com pseudônimo, o alterego de Denison, “O. S. Senior”. Na terceira publicação, reunindo vários trabalhos feitos ao longo da vida, “Seixos”, saiu em formato E-pub (abreviação de Electronic Publication - Publicação Eletrônica -, é um formato de arquivo digital padrão específico para e-books).

Então, o quarto livro também segue um pouco esse método ao organizar coletâneas de trabalhos, diz Denison, ao Contraponto. Lembra o autor, por exemplo, que o conto “Calaboca do Mato”, um dos 40 que estão na edição de “O Contador de História - Calaboca do Mato e outros contos” foi escrito em

1984. “Participei, com ele, de um concurso da antiga revista Américas, que foi publicado em quatro idiomas”, relata o baiano de Ilhéus.

Sobre a obra que está sendo lançada, o servidor aposentado explica: “Meus contos levam em consideração muito da minha experiência de vida e do conhecimento que tenho do tempo que vivo no Rio de Janeiro. Eles (os contos) buscam sempre resgatar uma missão que as pessoas têm em prol dos outros. Neles, procuro sempre usar uma linguagem coloquial, diferentemente das obras poéticas”.

Bacharel em Direito, formado em Psicologia e Ciências da Computação, Denison lembra que foi durante o curso em Brasília nos anos 1960, que se descobriu com a vocação para escrever, muito influenciado pela a adoração à Mitologia Grega, que acaba sendo refletida em suas obras.

*Da Redação



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br